

N.º Gp023-X
Proc.º: 30.06.03.01
Data: 20.11.2012

Assunto: Programa do Governo

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Antes de mais começo a minha intervenção desejando ao Sr. Vice-Presidente felicidades na complexa tarefa que tem pela frente, na medida em que a Secretaria que tutela, além de deter o recorde do nome mais comprido da orgânica deste Governo, tem sob a sua responsabilidade alguns desafios delicados que o XI Governo Regional terá que ultrapassar.

Ao contrário do que está expresso no Capítulo dedicado ao Enquadramento Económico e Financeiro, da Proposta de Programa do XI Governo Regional, “o caminho seguido” *não* “conseguiu criar condições estruturais para o reforço da atividade da Região” *nem tão pouco* “para a consolidação de um clima de confiança junto dos investidores e dos principais agentes económicos”.

Ao contrário do que o Governo Regional afirma, o crescimento económico registado nas últimas décadas não foi fruto de políticas e rumos desenvolvimentistas, nem resultado de alterações estruturais conducentes ao desenvolvimento sustentado, mas sim da conjuntura, por um lado, despesista que desde o final do século passado marcou a governação dos Açores, e por outro, otimista, fruto do mercado de crédito expansionista. Infelizmente, a apregoada convergência é sobretudo escriturária e disfarça mal uma realidade bem menos abonatória.

De acordo com os Censos de 2011, a população residente está em mínimos históricos desde 1900 em 5 das ilhas do arquipélago e ao contrário do que afirma o Governo Regional, a população não cresceu nos Açores, mas sim em S. Miguel, aonde aumentou em quase 6100 residentes; nas restantes oito ilhas diminuiu em cerca de 1700 pessoas. O XI Governo Regional revela grande insensibilidade ao fenómeno de desertificação e diminuição de população ativa que ocorre em quase todas as ilhas e ao retrocesso à coesão interna daí decorrente, ao gabar-se que a população dos Açores aumentou em cerca de 4.350 residentes.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

As insolvências e as dissoluções naturais de empresas nos Açores registam valores acima da média nacional e são o reflexo da fragilidade estrutural da economia açoriana, ou melhor, da fragilidade estrutural das nove economias existentes nos Açores. Nos primeiros nove meses de 2012, em comparação com período homólogo, as insolvências aumentaram 45%, enquanto as dissoluções naturais registaram um crescimento de 41%.

O desemprego, o maior flagelo da economia dos Açores, está em valores recorde. Os números referentes ao terceiro trimestre apontam para uma taxa de desemprego de 15,4%, correspondendo a cerca de 18.600 desempregados. Perante estes números, parece-nos uma afronta que o Governo Regional se gabe de termos nos Açores menos duas décimas de desempregados que no todo nacional. O problema do desemprego não é de décimas, mas de pessoas, de famílias, de perspetivas e projetos de vida. Os desempregados de longa duração e o desemprego jovem também atingem valores recorde: no

terceiro trimestre deste ano, o primeiro fixava-se em 57%, registando um aumento de 24% em relação ao período homólogo; o segundo situou-se nos 37%, o que representa um crescimento de 27% em relação ao terceiro trimestre de 2011.

Os Governos Regionais têm sido habilidosos a enjeitar as suas responsabilidades na questão do desemprego culpando outros, sempre outros, como aliás, tentam fazer com tudo o que corre mal. No entanto, o facto é que falhou a sustentabilidade da economia regional; falharam as políticas que deveriam dar sustentabilidade à economia regional; falhou a coesão regional.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

No Programa de Governo encontra-mos dezenas de propostas para apoio ao primeiro emprego, para dar empregabilidade aos jovens, para formar os desempregados, para fomentar o empreendedorismo.

Compreendemos esta estratégia. Contudo, melhorar as qualificações aos desempregados de pouco serve se não se criarem condições à economia para criar novos postos de trabalho. Esperávamos ver mais medidas dirigidas ao fomento empresarial, mais medidas estruturais, de combate aos custos de insularidade e aos custos de contexto, como o PS gosta de referir. Aliás, era de esperar que ao fim de 16 anos de Governo da responsabilidade do PS, a redução de custos de contexto, como a ineficácia e custo dos transportes, o elevado custo de energia, bem como reduções suficientes dos restantes custos apontados, e também diferenciação fiscal em relação à União Europeia, já estivessem a surtir efeitos positivos. Pelo contrário, o Governo Regional anterior aumentou o custo do combustível nos Açores, reduzindo o diferencial para o preço no Continente em cerca de 10%.

Como consequência, ainda não existe sequer um mercado inter-ilhas digno desse nome, sendo que, neste quadro, é muito difícil que a produção regional possa concorrer com as importações. Importa que o Governo clarifique quais são as medidas de curto e médio prazo, para inverter os problemas estruturais que a conjuntura pôs a nu, para criar um verdadeiro mercado regional e para que as empresas tenham condições para crescer e criar postos de trabalho. Se não houver criação de postos de trabalho, de pouco servirá à Região ter os desempregados mais bem formados do País.

Ao nível dos combustíveis, o Governo Regional propõe medidas para incentivar o uso de eletricidade em vez combustíveis gasosos e líquidos mas não será necessário qualquer incentivo se o preço da eletricidade baixar e o seu abastecimento for fiável. Contudo, é crucial investir na produção de energia por vias alternativas, caso contrário a consequência será o aumento da importação de combustíveis gasosos e líquidos.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Para terminar, digo que não invejo a árdua tarefa que este Governo Regional tem pela frente. Contudo, não posso deixar de denunciar as incongruências, a falta de rumo e estratégia que este programa denota, o que, infelizmente significa dificuldades acrescidas para as açorianas e os açorianos.

O Deputado Regional



Nuno Melo Alves